

Décima Conferencia Regional de ISTR para América Latina y el Caribe.

SAN JUAN – PONCE, PUERTO RICO

AUGUST 5 - 7, 2015

O papel das universidades em iniciativas por cidades e territórios justos, democráticos e sustentáveis na América Latina

Autores: Camila Pagani¹; André Tiago da Silva²

Resumo

O século XXI ficou marcado por um legado de contradições no continente latino-americano decorrente do século anterior. Por um lado o crescimento econômico, avanços científicos e tecnológicos, novos processos de democratização. Por outro, um profundo processo de degradação ambiental, desigualdade social e práticas de desenvolvimento insustentáveis. Esta realidade impôs a necessidade de repensar a cidade e ampliar os espaços de discussão e ações para lidar com os problemas urbanos. Diante deste cenário, a América Latina presenciou o surgimento de movimentos e iniciativas da sociedade civil que buscam a qualidade de vida nas cidades através da participação cidadã, da produção e sistematização de informações, e do monitoramento do poder público. É o caso das iniciativas pertencentes à Rede Latino-Americana por Cidades e Territórios Justos Democráticos e Sustentáveis (RLCTJDS). O presente estudo analisou duas destas iniciativas: a *Red Ciudadana Nuestra Cordoba* e a Rede Nossa São Paulo e identificou, dentre as organizações envolvidas, a presença das universidades. O objetivo é identificar o papel destas instituições em iniciativas como estas e compreender de que forma podem se envolver na luta por cidades e territórios justos, democráticos e sustentáveis a partir do reconhecimento dos diferentes saberes existentes nesta relação. Para tanto foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto a atores envolvidos nas cidades pesquisadas, além da observação e pesquisa documental. Concluiu-se que o envolvimento das universidades na RLCTJDS se deu em diferentes medidas a depender das características da cidade e da constituição das iniciativas; que a participação das universidades pode garantir maior legitimidade ao movimento; e que o diálogo entre diferentes saberes é importante na busca por cidades mais justas, democráticas e sustentáveis.

Palavras-chave: Rede; Cidades; Universidade; Saberes.

¹ Camila Pagani, mestranda no programa de pós graduação em administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e membro do Grupo de Pesquisa Politeia - Coprodução do Bem Público: Accountability e Gestão; Técnica administrativa na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Brasil - camila.pagani@ufsc.br

² André Tiago Dias da Silva, Especialista em gestão de pessoas; mestrando em administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e membro do Grupo de pesquisa no Núcleo de Inovações Sociais da Esfera Pública (NISP); Técnico administrativo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)- Brasil – andre.tiago@ufsc.br

Resumen

El siglo XXI está marcado por un legado de contradicciones en el continente latinoamericano como consecuencia del siglo anterior. Por un lado, se observa el crecimiento económico, los avances científicos y tecnológicos y los nuevos procesos de democratización. Por otro lado, existe un profundo proceso de degradación ambiental, desigualdad social y prácticas de desarrollo insustentables. Tal realidad impuso la necesidad de repensar la ciudad y ampliar los espacios de discusión y acciones para lidiar con los problemas urbanos. Ante semejante escenario, América Latina presenció el surgimiento de movimientos e iniciativas de la sociedad civil que buscan la calidad de vida en las ciudades a través de la participación ciudadana, de la producción y sistematización de informaciones y del monitoreo del poder público. Es el caso de las iniciativas pertenecientes a la Red Latinoamericana por Ciudades y Territorios Justos, Democráticos y Sustentables (RLCTJDS). El presente estudio analizó dos de estas iniciativas: la Red Ciudadana Nuestra Córdoba y la Red Nossa São Paulo y identificados entre las organizaciones involucradas, la presencia de las universidades. El objetivo es identificar el papel de estas instituciones en iniciativas como éstas y comprender de qué forma se pueden envolver en la lucha por ciudades y territorios justos, democráticos y sustentables a partir del reconocimiento de los diferentes saberes existentes en esta relación. Así, se han realizado entrevistas semiestructuradas junto a los actores participantes en las ciudades investigadas, además de la observación y la investigación documental. Se concluyó que la participación de las universidades, en la RLCTJDS, se dio en diferentes medidas dependiendo de las características de la ciudad y de la constitución de las iniciativas, y que la participación de las universidades puede asegurar una mayor legitimidad al movimiento. También, el diálogo entre los diferentes saberes existentes de esta relación es importante en la búsqueda por ciudades más justas, democráticas y sustentables.

Palabras clave: Red, Ciudades, Universidad, Saberes.

Abstract

The twenty-first century is marked by a legacy of contradictions in the Latin American continent due to the previous century. On the one hand, there are economic growth, scientific and technological advances and new processes of democratization, and, on the other hand, a profound process of environmental degradation, social inequity and unsustainable development practices. That reality has imposed the need to rethink the city and enlarge discussion and action spaces to deal with urban problems. Thus, Latin America witnessed the emergence of social society movements and initiatives looking for life quality, in the cities, through citizens' participation, production and systematization of information and monitoring of the public power. It is the case of initiatives belonging to the Latin American Righteous, Democratic and Sustainable (RLCTJDS) Network of Cities and Territories. The present study examined two initiatives: the *Red Ciudadana Nuestra Córdoba* and the *Rede Nossa São Paulo* and identified among the organizations involved, the presence of the university. The goal is to identify the role of these institutions in such initiatives and understand how they can get involved in the struggle for just, democratic and sustainable territories and cities from the recognition of different knowledge in this regard. Therefore, semi-structured interviews were conducted with the individuals involved in the surveyed cities, as well as observation and document research. It was possible to conclude that the universities involvement in the RLCTJDS occurred in different measures depending on the city characteristics and initiatives constitution. Also, the universities' participation can ensure greater legitimacy to the movement, and dialogue between different existing knowledge of that relation is important in the search for more just, democratic and sustainable cities.

Keywords: Network, Cities, University, Knowledge.

Introdução

A intensidade do processo de urbanização na América Latina reflete uma característica marcante do século XXI, em todo o mundo. Dados publicados no *World Urbanization Prospects – The 2014 Revision* apontam, em 2014, a existência de 7,2 bilhões de pessoas residindo no planeta. Deste total, 54% vivem em áreas urbanas. A população urbana no mundo chegou a 3,9 bilhões de pessoas, sendo que a América Latina representa 13% deste total (WUP, 2014). Tais perspectivas despertam um cenário desafiador tanto pelo número de pessoas que passará a viver em cidades quanto pela estrutura urbana e condições necessárias que acompanhem este crescimento.

A realidade latino-americana, apesar de diversificada, apresenta elementos comuns que permitem afirmar: a América Latina é urbana, rica e desigual (ONU HABITAT, 2010; CÁCERES, 2014). A vida nas cidades latino-americanas foi influenciada pela crise dos anos 1980 e pela globalização na medida em que potencializaram muitos de seus problemas. Por outro lado, permitiram que se gerassem novas oportunidades no sentido da inovação, da redefinição dos papéis do Estado e da sociedade e do fortalecimento de redes de pessoas e organizações ativas. Cáceres (2014) destaca que as cidades da América Latina são consequência de complexos e diversos processos econômicos passados e atuais, bem como de processos sociopolíticos distintos que são compreendidos com maior clareza sob uma perspectiva histórica. Neste sentido, se os indicadores sobre ocupação urbana forem analisados à luz da perspectiva da cidade como uma construção social, o que se percebe é que, desde a colonização, a urbanização das cidades foi constituída de forma excludente na América Latina.

Os golpes militares na Argentina (1976), Chile (1973), Uruguai (1973) e Brasil (1964) que se proliferaram a partir da segunda metade do século XX e prolongam-se até os anos 1980, foram considerados períodos de retrocessos. No entanto, podem ser vistos como períodos que desencadearam o processo redemocratização, de mudanças culturais e de preocupação com o social. Eles permitiram reflexões e mobilizaram ações sobre a forma de ação coletiva adotada pela sociedade civil. Scherer-Warren (2012) destaca que a característica central que instigou as mobilizações no período entre os anos de 1960 e 1970 foi a resistência ao autoritarismo do Estado e ao caráter repressivo das ditaduras. Neste cenário, não havia espaço para a participação e a colaboração.

Muitas reformas estatais surgiram a partir da década de 1980 com mudanças na forma de relacionamento entre Estado e sociedade civil (DAGNINO, 2002; AVRITZER, 2002; BRESSER PEREIRA, 1993) tendo em vista a crise fiscal, econômica, social e política na qual mergulhou a América Latina. Mesmo tendo diferenças que caracterizam o processo de reformas e as lógicas que o orientaram, a participação da sociedade e o fortalecimento da sociedade civil representam um ponto de convergência no sentido de reduzir as desigualdades sociais e os déficits democráticos encontrados na região (DAGNINO, 2002, AVRITZER, 2002; QUINÕNES, 2011). Trata-se de um processo que, segundo Dagnino (2002), Avritzer (2002) e Hernandez Quinõnes (2011), visa construir uma ordem democrática, destacando a relevância da sociedade civil no processo de construção desta ordem.

A redemocratização dos anos 1980 influenciou o surgimento da agenda de governança democrática com o fortalecimento da sociedade civil latino-americana e uma mudança no padrão de relacionamento com o estado. Com a abertura democrática, o padrão centralizado cedeu espaço para que organizações e movimentos sociais reivindicassem maior participação nas instituições políticas (DAGNINO, 2002). Analisando as diversas contribuições teóricas e analíticas do sociólogo francês Alain Touraine em relação às realidades políticas, sociais e culturais da América Latina, Gadea e Scherer-Warren (2005) citam que a ideia de democracia, para Touraine, não se materializa unicamente no conjunto de garantias institucionais e formais, mas sim representa a luta dos sujeitos, na sua cultura e sua liberdade, contra a lógica dominante dos sistemas sociais. Segundo as autoras, a democracia deve então tratar de seguir dois caminhos: por um lado, criar espaços para a participação cada vez mais perceptíveis e, por outro, garantir o respeito às diferenças individuais e ao pluralismo (GADEA; SCHERER-WARREN, 2005).

Nas décadas de 1980 e 1990, portanto, as mobilizações adquirem um caráter mais cidadão, buscando a afirmação e regulamentação de direitos. No Brasil, um dos grandes frutos das tantas reivindicações foi a Constituição de 1988. Na década de 1990, as mobilizações passam a enfatizar processos de institucionalização, surgindo uma perspectiva de participação e negociação com o Estado que culmina em uma fase, iniciada nos anos 2000, cuja característica essencial é o controle social pela cidadania (SCHERER-WARREN, 2012). Para Secchi (2009), esse cenário promoveu mudanças substanciais nas políticas de gestão pública e no desenho das organizações governamentais, refletindo uma crise no modelo burocrático de gestão pública vigente.

A sociedade civil passa então a atuar de forma mais propositiva frente ao Estado. Esta postura traz reflexos também para a questão das cidades e seu planejamento. Uma vez calcada na participação e engajamento, a sociedade passa a ter uma visão diferente sobre as cidades, conscientes da realidade de injustiça e insustentabilidade, buscando atuar para mudar este cenário. Para tanto, os cidadãos necessitam de mais informações e conhecimento acerca de seus direitos, sobre a cidade e seus representantes e novos canais de articulação, de participação e coprodução do bem público.

Apesar da problemática que se constituiu ao longo da história do continente latino-americano, Castells e Borja (1996) afirmam que se pode falar em uma reação das cidades da América Latina. Segundo os autores, a democratização e a descentralização dos Estados reforçaram e deram uma maior legitimidade aos governos locais. Além disso, há uma mudança no entendimento dos atores públicos e privados quanto à inviabilidade de uma cidade excluir ou marginalizar sua população. Segundo eles,

Um desenvolvimento econômico urbano baseado em altos custos sociais não combina necessariamente com um baixo nível de custos gerais. A insegurança pública, o tempo consumido na mobilização cotidiana e a degradação dos espaços públicos e, em geral, do meio ambiente urbano têm, também, custos econômicos. [...] Atualmente, as grandes ações de caráter social-urbano aparecem como necessárias e urgentes e, portanto, suscetíveis de encontrar o apoio político e econômico ausente há poucos anos. (CASTELLS; BORJA, 1996, p.157)

As cidades podem proporcionar amplos espaços de debate público com setores políticos, intelectuais e profissionais críticos e com as organizações sociais populares (CASTELLS; BORJA, 1996). Tem-se então um cenário de superação em relação ao período histórico anterior de não articulação entre os atores urbanos e de não participação da sociedade no planejamento e tomada de decisão por parte do Estado.

Nas sociedades globalizadas, multiculturais e complexas, as identidades tendem a ser cada vez mais plurais e a sociedade civil organizada do novo milênio tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, inter-organizacionais, de movimentos e de formação de parcerias entre as esferas públicas, privadas e estatais, criando novos espaços de governança com o crescimento da participação cidadã (SCHERER-WARREN, 2006). As redes de movimentos, uma vez plurais e com atores diversificados, permitem o diálogo entre valores e interesses diversificados em defesa de um sujeito coletivo.

Cada momento histórico revela iniciativas que surgiram como reflexo de insatisfações, carências, desejos coletivos. Para Soares do Bem (2006) os movimentos

sociais são os indicadores mais expressivos para a análise do funcionamento das sociedades. Segundo ele, vão além da manifestação de tensões e contradições sociais históricas, sendo acima de tudo uma bússola para ações sociais e impulsionando o campo social para formas superiores de organização.

Scherer-Warren (2006) traz a mobilização na esfera pública como protestos sociais frutos da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes. Além disso, segundo a autora, buscam por meio de grandes manifestações na praça pública, a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo (SCHERER-WARREN, 2006).

As realidades das diferentes cidades da América Latina descritas na última década tem atraído, cada vez mais, o foco do pensamento teórico e de pesquisa no mundo acadêmico e tem levado ao surgimento de práticas inovadoras, tanto do Estado como da sociedade civil (CÁCERES, 2014). Um desses fenômenos, fruto da articulação de atores e organizações da sociedade civil, é Rede Latino-americana por Cidades e Territórios Justos, Democráticos e Sustentáveis (RLCTJDS). Mobilizações como esta envolvem diferentes atores da sociedade e organizações no processo de conscientização sobre direitos e participação. É possível constatar que a maioria das iniciativas pertencentes a esta rede tem como organizações participantes as universidades, sendo que esta participação pode ter maior destaque em algumas delas.

Chaui (2003) destaca que a partir das revoluções sociais do século XX e com as lutas sociais e políticas desencadeadas a partir delas, os setores de educação e a cultura passaram a ser concebidos como constitutivos da cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos. Neste sentido, segundo a autora, além da vocação republicana, a universidade passa a ser considerada uma instituição social inseparável da ideia de democracia. Uma vez articulada, mobilizando e produzindo informações em conjunto com outros organismos da sociedade, as universidades transformam sua visão sobre a realidade e passam a incorporá-la no seu contexto.

Do ponto de vista da teoria institucional, as instituições são resultado de processos de interação e de interpretação da realidade. A universidade é uma instituição social e como tal revela a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Isto se confirma uma vez que “vemos no interior da instituição universitária a

presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade” (CHAUI, 2003; p.5).

Uma vez articulada, a universidade precisa reconhecer outros saberes existentes na sociedade. Neste sentido, Santos (2005) propõe uma *Ecologia de Saberes*, ou seja, um diálogo entre saberes que valoriza aqueles conhecimentos que se adequam à realidade. Esta articulação depende do trabalho de tradução, a qual deve ser recíproca, devendo-se conhecer todos os saberes envolvidos. O autor salienta que o trabalho de tradução exige proximidade com as práticas, com a aplicação, o que habilitaria como principais tradutores os próprios protagonistas das ações.

Neste sentido, considerando a universidade como uma instituição social que acompanha as transformações sociais, econômicas e políticas de seu contexto, este artigo tem como objetivo analisar e questionar seus possíveis papéis em iniciativas por cidades justas, democráticas e sustentáveis. Optou-se por trabalhar com duas iniciativas da RLCTJDS, a *Red Ciudadana Nuestra Córdoba* e a Rede Nossa São Paulo, visto que são as principais experiências na Argentina e Brasil, respectivamente. Tais iniciativas destacam-se pelo seu potencial de atuação junto às suas cidades tendo em vista os problemas urbanos característicos e a atuação das universidades se dá de maneira bastante distinta nas duas iniciativas.

A conclusão deste artigo faz parte da primeira etapa de uma pesquisa em curso. Esta etapa permitirá levantar questões e hipóteses a serem analisadas com base em outros referenciais teóricos. Neste sentido, este trabalho classifica-se como um estudo exploratório, de natureza qualitativa e de caráter indutivo e interpretativo, a partir da análise de duas experiências: a *Red Ciudadana Nuestra Córdoba* e a Rede Nossa São Paulo. O estudo privilegiou a interpretação da percepção dos atores sociais envolvidos, bem como uma avaliação das relações e cooperação interinstitucional. Para tanto, foram utilizados como meios para a obtenção de dados e para as reflexões, além da pesquisa bibliográfica e documental, a observação direta e entrevistas semiestruturadas realizadas nas localidades pesquisadas³, além de outras exploratórias.

³ Foram realizadas entrevistas com atores vinculados a *Red Ciudadana Nuestra Cordoba* e Rede Nossa São Paulo no período de 07a 17 de março de 2015, nas referidas cidades. Entrevistou-se o Reitor Francisco Tamarit, da UNC e Afonso Gómez, da UCC, bem como a Coordenadora Geral da RCNC, Vingínia Romanutti, o Coordenador Executivo da RNSP, Maurício Broinizi e o professor e pesquisador Mário Aquino da FGV-SP. Outras entrevistas de caráter exploratório complementaram a pesquisa.

Rede Latino-Americana por Cidades e Territórios Justos, Democráticos e Sustentáveis (RLCTJDS)

Um dos fenômenos visíveis no contexto latino-americano na última década é o crescimento de iniciativas impulsionadas por organizações da sociedade civil, meios de comunicação, movimentos sociais e cidadãos orientados a monitorar e avaliar planos, programas e políticas de desenvolvimento local em grandes e médias cidades e territórios da América Latina. Para Hernandez Quinones e Devilchez (2014), os atores da sociedade civil ligados a essa nova forma de expressão e representação política compartilham um discurso comum relativo à democracia e sustentabilidade, enfatizando aspectos políticos e instrumentais como transparência, acesso à informação, exigência de prestação de contas e incentivo a sanções sociais e culturais. A ação política da Rede Latino-americana por Cidades e Territórios Justos, Democráticos e Sustentáveis (RLCTJDS) representaria evidência desta nova expressão na América Latina.

A RLCTJDS, presente em 10 países do continente latino-americano, constitui-se das seguintes redes: na Argentina (Red Argentina por Ciudades Justas, Democráticas y Sustentables); no Brasil (Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis); no Chile (Red Territorios Ciudadanos); na Colômbia (Red de Ciudades Cómo Vamos); no Equador (Red de Territorios Justos, Democráticos y Sustentables); no México (Red Mexicana por Ciudades Justas, Democráticas y Sustentables); no Paraguai (Red por Ciudades Sustentables); no Uruguai (Red Uruguay por Ciudades Justas, Democráticas y Sustentables), além de iniciativas na Bolívia e Peru, totalizando cerca de 70 iniciativas.

Segundo Cáceres (2014), as iniciativas pertencentes a esta rede apresentam níveis diferentes de desenvolvimento e têm pensado estratégias para ampliar as possibilidades efetivas de cidadania. Estas iniciativas concentram suas ações na construção do poder social, reivindicando o direito de participar em assuntos de interesse público na busca por "melhores condições" e "maior eficácia" da participação cidadã (CÁCERES, 2014).

Para a autora, estas iniciativas colocam em evidência a valorização do acesso à informação de forma a promover a transparência, a “rendición de cuentas” pelos governos e a qualificação do processo de participação. A articulação das redes e a construção de consensos e posicionamentos sobre as cidades contribuirão para transformações necessárias às instituições públicas.

A característica comum que identifica iniciativas como esta é seu objetivo político: *Ciudades y Territorios Justos, Democráticos y Sustentables* (CÁCERES, 2014). Para Cáceres (2014) elas reivindicam a defesa da sociedade civil como uma forma legítima de participação política e como uma forma de tornar a democracia representativa mais participativa e deliberativa. As iniciativas da RLCTJDS adotam modos particulares de ação, inovando e compartilhando experiências umas com as outras. Com isso conseguiram reunir uma massa crítica significativa que potencializa a mobilização do capital social e busca a construção de uma nova cultura política.

Estas iniciativas formam redes de diferentes atores, entre eles cidadãos, empresários, grupos de mídia, organizações sociais, universidades, que tornam públicas questões de justiça, igualdade e sustentabilidade. Organizações e pessoas que, engajadas e articuladas, buscam a consecução do objetivo político. É o caso da *Red Ciudadana Nuestra Córdoba* (RCNC) que conta com mais de 200 cidadãos envolvidos que representam 60 organizações da cidade (RCNC, 2015) e a Rede Nossa São Paulo (RNSP) com a participação de 700 organizações (RNSP, 2015) dos mais variados setores.

Universidades na América Latina

No século XVI a instituição universitária começa a marcar presença na América Latina. A Real Pontifícia Universidade do México e a Universidade de São Marcos em Lima, fundadas em 1551, e a Universidade de Córdoba, em 1621, são algumas das mais antigas instituições de ensino que as Américas conheceram (FREITAS NETO, 2012).

O modelo de universidade inicialmente adotado na América Latina, controlado pelo clero e voltado principalmente aos campos das artes e da literatura, foi substituído pelo modelo francês de Napoleão no século XVI (MAZZILLI, 2011). Neste modelo, a universidade tinha como meta a preparação profissional de servidores do Estado.

O papel da universidade passa a ser contestado por um movimento que altera este cenário. Trata-se do “movimento ocorrido na Universidade de Córdoba, na Argentina, em 1918, que marcou profundamente todo o sistema universitário da América Latina, constituindo-se no embrião de um novo paradigma de universidade” (MAZZILLI, 2011, p. 208). Deflagrado pelo movimento estudantil, visava uma reforma universitária modernizadora. Segundo Mazzilli (2011), foi um movimento que não se limitou a reformas no sistema universitário, mas se constituiu como um canal de

expressão dos reclamos por reformas de base, por parte de uma sociedade que experimentava profundas mudanças na sua composição. O movimento apresenta um conjunto de questões que dão uma nova identidade para a universidade na medida em que redefine para que e quem a universidade deva servir.

O Movimento de Córdoba definiu a formulação de um novo paradigma de universidade. A superação do paradigma até então vigente decorre dos princípios de autonomia, democratização do acesso e da gestão, financiamento e qualidade do trabalho acadêmico que orientam esta proposta (MAZZILLI, 2011). Como consequência deste movimento, a partir dos anos 1920 e 1930, a extensão, como função da universidade, foi consagrada na legislação universitária de praticamente todos os países do mundo. Esta nova concepção refletiu-se em toda a América Latina desencadeando algumas experiências na busca do estabelecimento de novos vínculos entre universidade e sociedade.

Tunnermann (1998) destaca os países que aderiram aos ideais reformistas a partir de 1918. Segundo ele, o primeiro país onde repercutiu o desejo reformista foi o Peru, em 1919, quando os estudantes de San Marcos aderiram à causa. No ano seguinte, o primeiro Congresso Nacional dos Estudantes, realizado em Cuzco, aprovou a criação da "Universidade Popular Gonzalez Prada", uma das contribuições do reformismo peruano. No Chile, o Movimento Reformista realizou a sua primeira campanha em 1920 e em 1922. A Federação de Estudantes do Chile canalizou e impulsionou os ideais renovadores. No Uruguai a proximidade geográfica facilitou o intercâmbio de visitas entre os dirigentes argentinos e uruguaios. Na Colômbia os estudantes proclamaram a reforma de Medellín em 1922 e em Bogotá em 1924. Na Venezuela o reformismo alcança ampla aceitação nas universidades após a queda do ditador Marcos Perez. Os estudantes do Paraguai se juntaram ao movimento reformista em 1927, embora as ditaduras repressivas impedissem a execução do programa. Logo o movimento se estendeu a Porto Rico, Equador e América Central.

No Brasil, uma das experiências que deram sequência a ideia foi, a partir de 1938, a criação da União Nacional dos Estudantes – UNE. Ela assume as ideias do Movimento de Córdoba ao elaborar o Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira (DE MELO NETO, 2002). Desenvolvia ações no sentido de “abrir a universidade ao povo” e “levar os estudantes à realidade”.

Os princípios reformistas, segundo Tunnermann (1998), foram incorporados às universidades particulares após algumas décadas. Em meados dos anos 1960, as

universidades católicas da América Latina também começam a experimentar uma série de mudanças em sua organização com clara influência do movimento.

Iniciativas voltadas para o futuro da universidade na América Latina aparecem fundamentalmente na década de 1980, caracterizando um novo discurso modernizador. Para Guadilla (1997), tal discurso leva em conta novas relações com o setor produtivo, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia; atualização do conhecimento; busca de fontes alternativas de financiamento; incorporação de novos sistemas de informação; resposta às necessidades de integração econômica; e instituições mais eficientes com novos sistemas de gestão.

Segundo Silva Júnior (1996), a aproximação entre os setores produtivos e educacionais, em especial a educação superior, é um fato estruturalmente irreversível no contexto do desenvolvimento do capitalismo. Para Krotsch (1996), novos discursos globais vinculados à eficiência e à qualidade, bem como à necessidade de maior controle dos processos universitários por meio da avaliação já faziam parte da agenda da América Latina nos anos 1980. “Os universitários viram-se frente a um novo discurso global que faz da eficiência, da qualidade, do mercado e da empresa o centro de toda racionalidade educativa” (KROTSCH, 1996; p.38). Neste período tinha-se uma perspectiva de universidade plantada na realidade social, consciente de sua função transformadora, sem deixar características tradicionais. Este compromisso da universidade com a realidade social impôs, por sua vez, a revisão do conceito de extensão universitária, conceito este que permeia a discussão acerca de sua função social em paralelo à pesquisa e ensino.

Guadilla (1997) sugere que a função social da universidade não é cumprida apenas pela extensão nem pelas relações mais estreitas com o setor produtivo. Isto porque, segundo ela, dentro do cenário socialmente sustentável, sua função social deve ser a sua própria razão de ser ao mesmo tempo em que deve estender os serviços essenciais que gera – produção de conhecimentos e formação de profissionais – a todos os setores sociais, incluídos os mais marginalizados.

Na visão de Severino (2002, p.123) “toda instituição de ensino superior tem que ser extensionista”. A extensão deve estar intrinsecamente inserida na pedagogia da universidade. Segundo o autor, apenas assim ela estará dando conta da formação integral do jovem universitário, “investindo-o pedagogicamente na construção de uma nova consciência social” (SEVERINO, 2002, p.123).

Conforme discurso de Peñalver, durante a IX Reunião do GULERPE (1980), a universidade é uma instituição conceitualmente pluralista, enquanto contempla, abrange e comporta os mais diferentes ritmos de expressão cultural e de palpitação comunitária, tempos e espaços sociais mais heterogêneos. Para Peñalver, a universidade é um ente dinâmico cuja velocidade e profundidade de mudanças é uma resultante da interação de diversos fatores. Por um lado, é impulsionada pela própria força das ideias renovadoras que se movem no campo educacional e científico, pelo estímulo das correntes de pensamentos e dos próprios setores internos, autoridades, professores e estudantes que tradicionalmente são geradores ativos de mudanças. Por outro lado, a universidade, como todo o sistema educacional, é conservadora por natureza (PENÁLVER, 1980).

Considerando a universidade como um ente dinâmico, a pesquisa transforma-se em conteúdo de ensino, gera produtos e resultados que serão devolvidos à sociedade, através da extensão. A importância das universidades está na natureza social que, em paralelo com uma formação técnica e científica, forma os alunos de maneira abrangente permitindo à instituição intervir no meio ambiente e gerar mudanças na sociedade. Para Severino (2002), a pesquisa acaba assumindo uma tríplice dimensão. De um lado, tem uma dimensão epistemológica: a perspectiva do conhecimento. Conhece-se construindo o saber, praticando a significação dos objetos. De outro lado, assume uma dimensão pedagógica: a perspectiva decorrente de sua relação com a aprendizagem. Por fim, assume uma dimensão social: a perspectiva da extensão.

A construção da “universidade socialmente relevante”, segundo o Fórum Nacional de Educação Superior (FNES), deve levar em conta características externas e mudanças internas necessárias. Para tanto, deve conhecer indicadores sociais deficientes, reestruturar-se redefinindo linhas de pesquisa e programas de ensino e extensão, introduzir atividades curriculares junto à comunidade e levar em conta questões prioritárias para a região e entornos onde está inserida.

Para Boaventura de Souza Santos (2005), o conhecimento universitário, científico, produzido nas universidades foi, ao longo do século XX, um conhecimento predominantemente disciplinar cuja autonomia impôs um processo de produção relativamente descontextualizado às sociedades. No entanto, segundo o autor, este modelo de conhecimento foi alterado emergindo um novo modelo. Tal transição é designada por ele como a passagem do conhecimento universitário para o conhecimento pluriversitário. O conhecimento pluriversitário é um conhecimento contextual na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser

dada (SANTOS, 2005). Neste contexto, na visão do autor, a sociedade deixa de ser objeto das interpelações da ciência para ser ela própria sujeita de interpelações à ciência.

Guadilla (1997) coloca que o desafio da competitividade no mundo globalizado e, conseqüentemente, o sucesso dos programas econômicos valorizam o conhecimento, as políticas em ciências e tecnologia e, portanto, as instituições dedicadas a isso (universidades, centros de pesquisa, etc.) destacam-se na agenda de transformações. Na “sociedade do conhecimento” a modernização da produção depende da pesquisa científica e tecnológica e da comunicação entre ela e os sistemas de produção.

Outro desafio do mundo acadêmico, segundo a autora, é dar resposta aos setores mais críticos buscando encontrar soluções. No contexto atual, a redistribuição de riqueza implica redistribuição de conhecimento. Neste sentido, a universidade tem responsabilidade no que diz respeito à equidade, através de políticas educacionais relevantes socialmente.

No atual contexto de crescimento de iniciativas da sociedade civil, tecnologias e movimentos sociais voltados para o acompanhamento e participação nas políticas públicas, percebe-se o engajamento de universidades justamente pelo seu papel social. Há múltiplas oportunidades de relações possíveis entre universidade e outros atores da sociedade, assim como as oportunidades de expansão de fronteiras, de construção de novos conhecimentos (SCHOMMER; BOULLOSA, 2010). Naomar de Almeida Filho (2008, p.11) deixa claro que há “necessidade de abertura da instituição acadêmica para a sociedade que a abriga e a sustenta, indo além do Estado e do mercado, incluindo família e movimentos sociais”.

O papel das universidades na *Red Ciudadana Nuestra Cordoba* (RCNC)

A cidade de Córdoba, fundada em 1573, é a segunda maior cidade da Argentina em termos populacionais, com cerca de 1,3 milhões de habitantes. A cidade é considerada um centro produtivo e econômico de grande importância, localizado estrategicamente em relação aos principais centros de produção no país. Polo educacional, cultural e social do país, destaca-se por sua história. A Universidade Nacional, primeira a ser fundada no país, completou 400 anos e atrai pessoas de todas as regiões do país e do mundo. Nas últimas décadas a cidade teve um grande crescimento em termos populacionais. No entanto, a estrutura urbana e social, assim como em muitos países da América Latina, não acompanhou este crescimento.

Desde abril de 2009, algumas das diferentes organizações da cidade de Córdoba uniram-se em um Grupo Promotor da Iniciativa: Universidade Nacional de Córdoba, Universidade Católica de Córdoba, diário La Voz del Interior, Fundação Avina, Associação Civil Ágora, Arcor, Coletivo Cidadão, Instituto Argentino de Responsabilidade Social Corporativa, Wachay e Conselho Profissional de Ciências Econômicas (RCNC, 2014). A partir de 2009 este grupo foi ampliado durante o que se denominou Fase Preparatória. Tomaram-se como base as experiências da Colômbia, *Bogotá Cómo Vamos*, e do Brasil, Nossa São Paulo, visando uma nova ferramenta de democracia participativa.

En abril de 2009 y motivados por la presencia del Director Ejecutivo de Nossa Sao Paulo en la ciudad, desde la Asociación civil El Ágora se invitó, a representantes del tercer sector, de universidades y cámaras empresarias de Córdoba, con la intención de evaluar la posibilidad de desarrollar una experiencia similar. De esa reunión surgió la idea de conformar la Red Ciudadana Nuestra Córdoba, como una red que se dedica a generar indicadores sobre la ciudad que tienen como objetivo convertirse en insumo para la deliberación pública y de incidencia en el Estado (GARGANTINI, et al, 2013; p.4)

A definição da iniciativa contou com a participação de mais de 80 pessoas na discussão de condições necessárias à ampliação do processo a todos os cidadãos que compartilhavam dos princípios e propósitos da rede. Deste grupo surgiram as intenções fixadas na Carta de Princípios e Propósitos da *RCNC*.

Em maio de 2010 o projeto foi apresentado ao público. Foram constituídos Grupos Temáticos de Trabalho, orientados a produção de indicadores: educação, saúde, desenvolvimento socioeconômico, ambiente, desenvolvimento urbano e moradia, segurança, democracia participativa, transparência e acesso a informação pública, cultura e recreação, transporte e mobilidade e monitoramento do orçamento.

Atualmente a *RCNC* é composta por organizações da sociedade civil, universidades, centros de investigação, associações profissionais, fundações, empresas e cidadãos. São mais de 200 cidadãos representando 60 organizações da cidade (RCNC, 2014). A rede define-se como um espaço plural, apartidário e independente dos governos em todos os níveis.

O objetivo da *RCNC* é a construção de uma cidade justa, democrática e sustentável, entendendo que para isso é necessário reconhecer e instalar na opinião pública e na agenda do estado, os problemas que constituem obstáculos estruturais na consecução deste propósito. Entre os objetivos específicos estão:

- *Generar y socializar información de la ciudad que sirva de insumo para la deliberación pública y la participación ciudadana, y permita poner de manifiesto aquellos problemas y realidades tradicionalmente postergados.*
- *Ejercer distintas formas de monitoreo y control ciudadano de la acción Estatal en todos los niveles y jurisdicciones con injerencia y responsabilidades vinculadas a cuestiones de la ciudad.*
- *Promover, facilitar y fortalecer los procesos y prácticas de participación democrática, desde una perspectiva de la co-responsabilidad del Estado y la sociedad civil en la de-finición e intervención de las transformaciones sociales.*
- *Proponer alternativas normativas y de políticas públicas que mejoren la calidad de vida y permitan avanzar en pos de una ciudad más justa, democrática y sustentable.*
- *Procurar que las decisiones y acciones estatales se de-finan sobre la base de criterios y mecanismos democráticos y estén orientados a las cuestiones prioritarias vinculadas con la calidad de vida, la inclusión social y la sustentabilidad en la ciudad. (RCNC, 2014).*

Para atingir seus objetivos a rede tem como estratégias principais a produção e sistematização de informações sobre a cidade; a mobilização, participação e deliberação cidadã; e a incidência em políticas públicas. As universidades apresentam um papel fundamental neste contexto.

Apesar de contar com a participação de outras universidades particulares, a *Red Ciudadana Nuestra Cordoba* tem como destaques a Universidade Nacional de Córdoba (UNC) e a Universidade Católica de Córdoba (UCC) presentes desde a constituição do grupo formador, como membros permanentes. Sua participação, desde o princípio, se deu em nível institucional e político, envolvendo reitores, pesquisadores, professores e alunos.

A UNC, aos 402 anos, conta com cerca de 120.000 estudantes de várias localidades, em 250 carreiras de graduação e pós-graduação. É formada por 13 faculdades, 100 centros de investigação e serviços, 25 bibliotecas e 16 museus (UNC, 2015). Sua missão é formar profissionais com pensamento crítico, iniciativa e vocação científica, consciente de sua responsabilidade moral.

Em meados do século XX, as primeiras universidades privadas foram criadas na Argentina. A UCC, aos 60 anos, dá continuidade à tradição histórica de compromisso com a educação iniciada pela *Compañía de Jesús* no século XVI. A Universidade tem mais de 30.000 egressos e conta com amplo desenvolvimento de pesquisas em diferentes áreas.

O reitorado do padre Rafael Velasco, na UCC, iniciado em 2005, representou grande influência para a *RCNC*. Baseada no dinamismo, no fortalecimento institucional, na qualidade acadêmica e na projeção social da Universidade através de um enfoque de Responsabilidade Social Universitária (RSU), a gestão de Velasco contou com a institucionalização de programas e ações que transformaram a universidade (UCC, 2015) institucional e socialmente.

Em seminário realizado em Deusto-Loyola, em 2013, Velasco faz uma reflexão acerca de sua gestão diante da realidade da Cidade de Córdoba. Segundo ele, a UCC começou a incorporar a realidade no âmbito acadêmico e docente a partir dos princípios de qualidade acadêmica e compromisso social, trabalhados paralelamente. Para Velasco, o papel social refere-se à habilidade e efetividade de uma universidade responder às necessidades de transformações da sociedade em que está imersa. Para tanto, as funções de docência, investigação, projeção social e gestão interna devem estar alinhadas com a promoção da justiça, da solidariedade, da igualdade social mediante a construção de respostas exitosas. Sobre os objetivos de sua gestão, em entrevista ao diário *La Voz del Interior*, Velasco diz:

“La idea siempre consistió en que esto no fuera una chantada, ni un voluntariado aislado. Nuestra misión era que la comunidad educativa participase del conocimiento con impacto social. Además, nuestros esfuerzos siempre estuvieron dirigidos a involucrar a la UCC en los grandes debates públicos. Es una política central de esta universidad, que no depende de quién esté al frente”.

Segundo a Coordenadora da *RCNC*, Virgínia Romanutti, o então reitor da UCC foi um dos principais atores que impulsionaram a iniciativa. A partir daí firmou-se o vínculo da Universidade.

Ademais, a iniciativa constituiu-se desde o início a partir de pesquisadores e professores de ambas as universidades com interesse em desenvolver pesquisas que contribuíssem para a cidade. Em entrevista, a coordenadora destacou que em cada um dos Grupos de Trabalho participam profissionais, pesquisadores das universidades, cidadãos e organizações sociais que se interessam pelo tema. Além disso, contam com

um espaço onde os grupos se encontram, denominado Mesa de Articulação, cujo objetivo é assegurar a transversalidade entre os temas de cada um.

Em entrevista concedida, o atual Reitor da UCC, Alfonso José Gómez, manifestou apoio a *RCNC* tendo em vista duas preocupações importantes para a universidade. Primeiro, para ele, a universidade não tem apenas o papel de ensinar, mas também investigar e gerar incidência pública. Segundo, a universidade pode apoiar outras organizações que também geram incidência pública e a Rede é uma destas organizações. Na visão do Reitor, a universidade se envolve em iniciativas como esta tendo em vista a sua projeção e responsabilidade social, pois não está isolada da sociedade. Há, para ele, a certeza de que a universidade deve receber propostas de estudo da sociedade e a participação em iniciativas como esta ajudam os pesquisadores a tomarem consciência da relevância desta interação. Segundo o Reitor, a sociedade deve ter consciência civil e a certeza que ser cidadão não é apenas votar, mas também cobrar prestação de contas de quem ele elege e a Rede colabora para que os cidadãos sejam mais responsáveis com meios de participação.

A cidade reconhece o papel da universidade na busca por soluções de problemas, disse o Reitor da UNC, Dr. Francisco Tamarit, em entrevista. Ele cita um artigo da Carta Orgânica da Cidade de Córdoba:

Artículo 25. El Municipio en caso de requerir asesoramiento para realizar proyectos, obras o servicios, tiene en cuenta como consultoras preferenciales a la Universidad Nacional de Córdoba y demás Universidades (CORDOBA, 1995)

O Reitor da UNC salienta ainda a importância do diálogo de saberes. Segundo ele é obrigação da universidade preservar, transmitir e criar conhecimento científico, tecnológico, mas, além disso, a sociedade se alimenta de muitas formas de conhecimento e é necessário que a universidade aceite estas outras formas. Ao mesmo tempo em que destaca a importância deste diálogo, afirma que é um dos principais obstáculos da academia. Isto porque a universidade muitas vezes se fecha impossibilitando novos processos de inovação a partir destas interações. Para ele, a universidade não faz ciência por fazer ciência. O faz para que se possa viver em sociedades mais justas, mais iguais, mais igualitárias, com mais direitos às pessoas. Para tanto, além da ciência, é importante considerar outros saberes: o saber popular, o saber do militante, o saber da família, o saber das organizações sociais. Segundo o Reitor, é difícil fazer com que os pesquisadores reconheçam a importância de dar respostas ou dedicar parte de seu tempo para responder perguntas dos cidadãos, além da academia.

Segundo ele, trata-se de uma luta cultural. E faz questão de destacar: o mundo real requer um diálogo entre saberes, incluindo a universidade. Por fim, salienta que a universidade tem que trabalhar o compromisso social do estudante. A universidade tem trabalhado para que se tome consciência de que este modelo de desenvolvimento atual é insustentável no tempo e, portanto, é imprescindível introduzir nas pesquisas a problemática do desenvolvimento sustentável.

O papel das universidades na Rede Nossa São Paulo (RNSP)

No Brasil, a cidade de São Paulo, fundada em 1554, é uma das maiores cidades do mundo e a maior do Hemisfério Sul. São mais de 11,9 milhões de habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014.

Nos anos 1960, a evolução do caráter eminentemente urbano de São Paulo se deu paralelamente a um decréscimo do contingente rural. Neste período, o surto industrial da cidade cresce intensamente, sobre infraestruturas originadas de décadas anteriores, quando da expansão da economia cafeeira (FORATTINI, 1991). A partir dos anos 1970, com a expansão dos serviços públicos básicos, há um aumento na expectativa de vida e diminuição da mortalidade infantil. Paralelamente, observa-se o aumento da ocupação de determinadas localidades em detrimento de outras e o aumento do número de favelas no final da década de 1980. Nos anos seguintes, problemas como verticalização da cidade sem planejamento arquitetônico, segurança e mobilidade urbana passaram a fazer parte da rotina dos paulistanos.

Em 2006, durante os debates e campanhas eleitorais não se falava em metas para as gestões ou propostas para a construção de um país sustentável. Não havia propostas relativas à sustentabilidade, ao bem comum e à igualdade. O momento era marcado por uma desilusão política crescente (RNSP, 2015).

Tais problemas motivaram o surgimento de ações em prol da cidade. Uma destas iniciativas é RNSP, lançada em maio de 2007 com a denominação de Movimento Nossa São Paulo. A iniciativa surge com o propósito de tornar a cidade de São Paulo uma cidade “segura, saudável, bonita, solidária e realmente democrática” (ETHOS, 2014) a partir de um contexto em que as atividades políticas, a democracia e as instituições públicas estão fragilizadas em sua credibilidade perante a população.

Maurício Broinizi Pereira, Coordenador Executivo da RNSP, destaca que, no final de 2006, logo após as eleições presidenciais e a convite de Oded Grajew – ex-

presidente do Instituto Ethos, idealizador do Fórum Social Mundial e um dos articuladores da Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis – diversas organizações da sociedade civil de São Paulo reuniram-se para refletir “sobre os caminhos e descaminhos da política brasileira” (PEREIRA, 2014, p. 02). O coordenador destaca ainda a discussão durante o processo de estruturação da iniciativa, sobre as potencialidades do contexto brasileiro que poderiam “desencadear um processo capaz de constituir outra cultura política”.

A RNSP tomou como base os conhecimentos da experiência de Bogotá, com a experiência da iniciativa *Bogota Cómo Vamos*, na Colômbia. Oded Grajew e um grupo de cerca de 20 pessoas, a convite da Fundação Avina, realizaram uma visita técnica à cidade colombiana que já tinha 10 anos de atuação com metodologias de acompanhamento da gestão pública, levantamento e desenvolvimento de indicadores técnicos e de percepção. Estava clara a necessidade de construção de propostas sólidas, efetivas e exequíveis e para tanto era necessário buscar por capacidade técnica para produção de conhecimento, muitas vezes especializado, que só seria possível com a participação de pessoas e instituições que conhecessem os temas a serem abordados (RNSP, 2015).

Em outubro de 2010 o “movimento” passou a denominar-se “rede” por uma questão estratégica. Isto porque, o propósito da iniciativa era que as decisões fossem tomadas em conjunto, de forma não hierarquizada, em formato de rede.

A RNSP conta com a participação de grupos de trabalho temáticos e interdisciplinares: cultura, educação, meio ambiente, orçamento, trabalho e renda, mobilidade urbana, criança e adolescente, democracia participativa, acompanhamento da câmara, indicadores, saúde, segurança e assistência social. Os GTs são constituídos por representantes de entidades e cidadãos e cumprem uma agenda decidida coletivamente (RNSP, 2015). Os grupos têm autonomia para planejar as ações sob a perspectiva de cada área temática.

A Rede é constituída atualmente por cerca de 700 organizações da sociedade civil. Ela se caracteriza como apartidária e inter-religiosa, interligando em rede todos os seus integrantes. Sua atuação é baseada em 4 grandes eixos: programa de indicadores e metas, acompanhamento cidadão, educação cidadã, mobilização cidadã.

Logo após a estruturação e a fundação da RNSP, surgiram iniciativas inspiradas em seu trabalho que alcançaram outras cidades do país, culminando com o lançamento

da Rede Brasileira por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis, em 2008, em Belo Horizonte, com a participação de vinte municípios brasileiros (ETHOS, 2009).

Ao contrário da cidade de Córdoba, onde as instituições de destaque são as universidades, São Paulo caracteriza-se essencialmente pela predominância do setor de serviços e negócios empresariais. A participação das universidades brasileiras em movimentos como a Rede Nossa São Paulo é bastante divergente do caso de Córdoba. Enquanto em Córdoba o envolvimento se dá institucionalmente, com a participação efetiva dos reitores, em São Paulo não há nenhum tipo de institucionalização de ações em nenhuma das universidades pesquisadas. Em entrevista, o Coordenador Executivo da RNSP, Maurício Broinizi, diz que o que existe por parte das universidades de São Paulo são pesquisas e ações específicas e pontuais que colaboram com a rede. Não há, portanto, a participação efetiva de reitores ou membros da gestão universitária e sim o envolvimento de pesquisadores em ações. Algumas destas pesquisas são realizadas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, Fundação Getúlio Vargas – FGV-SP e Universidade de São Paulo – USP.

De acordo com o professor entrevistado, Arnoldo Jose de Hoyos Guevara, a PUC-SP conta com mais de 100 grupos de pesquisa atualmente e em muitos deles há a preocupação com a questão social. No entanto, estas ações nunca foram formalizadas na pela universidade. A participação na RNSP se deu quando o professor Ladislau Dowbor foi convidado para dar um suporte metodológico aos objetivos da Rede. Sugeriu-se então o método GPS - Gestão Pública Sustentável desenvolvido pela equipe do Núcleo de Estudos do Futuro – NEF da PUC-SP, inicialmente a pedido do Instituto São Paulo Sustentável - ISPS, como forma de contribuir na implantação do Programa de Cidades Sustentáveis no Brasil. A equipe responsável conta com os professores Arnoldo de Hoyos e Ladislau Dowbor, além de outros professores e alunos. O GPS orienta a elaboração do diagnóstico das cidades, a fim de facilitar a compreensão e o uso dos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis.

Na FGV-SP há algumas iniciativas que contribuem também para a Rede. O professor Mário Aquino Alves destaca que muitos pesquisadores são ativistas da Rede e a universidade funciona como uma linha de transmissão para a realização das ações. Segundo ele, nas universidades brasileiras, as estruturas de poder são muito mais complexas do que as de Córdoba, não havendo envolvimento direto da reitoria. Por outro lado, há muita liberdade de atuação docente em programas e projetos, seja através de linhas de pesquisas clássicas, ou através de formas de intervenção mais direta, como

a Escola de Governo. Tal entidade educacional, sem fins lucrativos, visa contribuir para formação daqueles que participam, direta ou indiretamente, do funcionamento do Estado, formando elites de movimentos sociais e ativistas.

Segundo o professor, o envolvimento das universidades na RNSP não é articulado. É voluntarista e depende das conexões que são construídas. Um exemplo é o curso de Gestão Social Urbana promovido pela FGV-SP em um bairro da Zona Sul de São Paulo, em parceria com a Sociedade Santos Mártires e outras organizações que fazem parte da Rede Nossa São Paulo. Este curso foi desenhado a partir da realidade da localidade e o cenário de vulnerabilidade em que se encontra. A comunidade definiu tópicos e a FGV estruturou o curso com base nesta dinâmica.

O coordenador executivo da RNSP, Maurício Broinizi, reafirma o não envolvimento institucional por parte das universidades, mas cita pesquisas específicas nas áreas de mobilidade urbana, meio ambiente e saúde. Por exemplo, a faculdade de Medicina da USP foi responsável por pesquisas que culminaram na fundação do Instituto Saúde e Sustentabilidade formado por profissionais de diversas áreas, como Medicina, Psicologia, Administração, Arquitetura, Direito, Engenharia. A Rede passa a acompanhar projetos como este, pois vão ao encontro de seus objetivos e políticas de atuação.

Para Maurício Broinizi, foram muitas as conquistas da Rede, principalmente a institucionalização dos Planos de Metas e dos Observatórios Municipais de Indicadores. Um dos projetos finalizados é uma plataforma online com um acervo documental que revisita a trajetória da Rede desde 2007. O objetivo é que essa história possa servir como referência para outras iniciativas. Em uma publicação institucional sobre a história e metodologia da Rede sugere-se como dicas para outras iniciativas, entre outras:

Realizar pesquisas de percepção com institutos de pesquisas ou universidades. É importante conhecer a cidade, seus problemas e as expectativas de seus moradores para elaborar propostas mais conectadas com a realidade. Institutos de pesquisas e universidades podem ser excelentes parceiros para este tipo de trabalho (RNSP, 2015)

Analisando as iniciativas, do ponto de vista do contexto em que estão inseridas e das organizações que as constituem, percebe-se que as redes Nossa São Paulo e *Nuestra Cordoba* apresentam pontos em comum e divergentes. Trata-se de duas das maiores cidades da América Latina em termos populacionais e de desenvolvimento. São também as duas principais iniciativas no Brasil e Argentina com uma atuação ativa e bem

estruturada que serviram e servem de exemplo a outras cidades. Em ambas as cidades o cenário político, propício ao surgimento destas iniciativas, se mostrava enfraquecido pela falta de discursos contundentes e propostas efetivas de melhoria das condições de vida das pessoas nas cidades. As universidades foram requisitadas durante o processo de constituição destas iniciativas, já que são reconhecidamente produtoras de conhecimento relevante aplicável às cidades. No entanto, ao longo deste processo, firmou-se a relação destas instituições apenas na cidade de Córdoba, onde as universidades são destacadamente as principais instituições da cidade e da iniciativa. Em São Paulo, por outro lado, a participação das universidades não foi institucionalizada quando da criação da iniciativa, seja por falta de interesse destas instituições ou pela influência das características marcantes da cidade. Trata-se de uma cidade onde predomina o setor empresarial e é justamente com este setor que se firmaram mais parcerias na iniciativa. As universidades atuam apenas pontualmente, colaborando em estudos e pesquisas que contribuem para ações da rede.

Considerações finais

O engajamento dos diferentes atores, o fomento à participação popular, a disseminação de informações, o controle social e as ferramentas de monitoramento de indicadores podem contribuir para a questão da sustentabilidade e qualidade de vida nas cidades, inerente aos projetos políticos destas redes. Sustentabilidade, no contexto das experiências destas redes, transcende a preocupação exclusiva com a dimensão ambiental, incluindo também a necessidade de participação social, de informação de qualidade e de busca de soluções de forma integrada e viável para as cidades. Estas iniciativas da sociedade civil buscam a valorização da informação pública disponível e acessível como condição para transparência e prestação de contas. Como consequência, a governança e participação efetiva do cidadão poderão se dar de forma democrática.

O projeto político de cidades sustentáveis é de fato um desafio para a sociedade civil na medida em que tenta conciliar diferentes atores e interesses na sua construção e consequentemente interesses e opiniões distintas. As iniciativas pertencentes à RLCTJDS defendem que somente com o fortalecimento da opinião pública, crítica e reflexiva, pode-se promover uma cidadania ativa que se reaproprie da política (CÁCERES, 2014). Este é um dos papéis da universidade. Dentro de um cenário socialmente sustentável, próprio dos países latino-americanos (Guadilla, 1997), a

universidade deve responder às necessidades de todos os setores da vida social e levar em conta “não apenas uma relação do homem com a natureza, mas também uma relação do homem com o homem, com o lugar, com sua vivência humana, social e, evidentemente, econômica” (GUADILLA, 1997; p.100)

As universidades do séc. XXI, quando pensadas enquanto espaços que unem qualidade, equidade e importância social, rompem com a visão tradicional escolas fechadas, inacessíveis, a tal *Torre de Marfim*. Boaventura de Souza Santos (2005) destaca que “a universidade é um bem público intimamente ligado ao projeto de país” (SANTOS, 2005). Neste sentido, a construção de uma universidade produtora do social passa pela transformação dos canais institucionais existentes e pela criação de novos canais de sociabilidade. Diante disto, através da disseminação do conhecimento tem-se uma base fundamentada para controle, prestação de contas, monitoramento, participação e consequente cidadania. Entrelaçar os diferentes saberes, técnicos, profissionais e sociais é de extrema importância para garantir a cidadania. E trabalhar em conjunto com os demais atores da sociedade contribui para que as cidades sejam mais democráticas e sustentáveis.

O presente trabalho procurou analisar os possíveis papéis exercidos pelas universidades em iniciativas por cidades e territórios justos, democráticos e sustentáveis. Apesar de apresentarem características semelhantes quanto aos seus objetivos e propostas, as iniciativas da RLCTJDS surgiram de diferentes situações e a partir de instituições distintas. As universidades fazem parte da constituição de cerca de 80% das iniciativas da RLCTJDS, no entanto sua atuação destaca-se na cidade de Córdoba por serem, desde o início, membros permanentes e atuantes na causa por cidades justas, democráticas e sustentáveis. O caso da cidade de São Paulo mostrou que o papel da universidade não é de destaque e limita-se a projetos e pesquisas pontuais que colaboram com os objetivos da rede. Apesar disso, a RNSP é uma das iniciativas que mais se destacam na RLCTJDS, com uma estrutura e metodologia que serve de exemplo às demais iniciativas. O sucesso desta iniciativa comprova que a não institucionalização das ações da rede pelas universidades não impede a disseminação de conhecimento. Afinal trata-se de uma rede de saberes e conhecimentos articulados, que vão além das paredes da universidade e atuam na realidade em que estão igualmente inseridas.

Referências

- AVRITZER, Leonardo. O orçamento participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma interpretação da América Latina: a crise do Estado. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, v. 14, n. 13, 1993. Disponível em: <http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/71/20080625_uma_interpretacao.pdf>. Acesso em: 10 jun 2015.
- CÁCERES, Pamela. **Planes de metas como innovaciones em los procesos de rendición de cuentas en el nivel local**. Experiencias en el marco de la Red Latino Americana por Ciudades Justas, Democráticas y Sustentables. Córdoba: 2014.
- _____. La “construcción” de la ciudad como bien público. Tendencias y alternativas. In: CONGRESSO EL BICENTENARIO DESDE UNA MIRADA INTERDISCIPLINARIA: legados, conflictos y desafios, 2010, Córdoba. **Anais...** Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2010.
- CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos estudos CEBRAP**, v. 45, n. julho, 1996. Disponível em: <<http://www.acsmce.com.br/wp-content/uploads/2012/10/AS-CIDADES-COMO-ATORES-POL%C3%8DTICOS.pdf>>. Acesso em: 01 mai 2015.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, v. 24, p. 5-15, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 30 mai 2015.
- CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Guia GPS Gestão Pública Sustentável**. São Paulo, 2014.
- CORDOBA. **Carta Orgánica Municipal de la Ciudad de Cordoba**. Ciudad de Cordoba: 1995. Disponível em: <http://www.nuestracordoba.org.ar/sites/default/files/Carta_Organica_Ciudad_de_Cordoba.pdf>. Acesso em: 30 jun 2015.
- DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DE MELO NETO, José Francisco. Extensão Universitária: bases ontológicas. **Extensão universitária: diálogos populares**, p. 13, 2002. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/artigos/pa_a_ext_ont.pdf>. Acesso em: 25 jun 2015.
- ETHOS. **Cidades sustentáveis: cidades sustentáveis: como as empresas podem contribuir**. São Paulo: ETHOS, 2009. Disponível em: <<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-a9931-2585%20Cidades%20Sustent%C3%A1veis%20Ethos%20-%20FINALIZADO.pdf>>. Acesso em: 30 mai 2015.
- _____. **Rede nossa São Paulo**. São Paulo: ETHOS, 2014. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/projetos/apoiados/segundo-projeto-apoiado/#.U53Sw5RdWRM>>. Acesso em: 30 mai 2015.

FNES. Documento Síntese do Fórum Nacional de Educação Superior (FNES). Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_sintese.pdf>, Acesso em: 10 mai 2015.

FORATTINI, Oswaldo Paulo. Qualidade de vida e meio urbano. A cidade de São Paulo, Brasil. **Rev. Saúde Pública**, v. 25, n. 2, p. 75-86, 1991. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/23798/25834>>. Acesso em: 30 jun 2015.

FREITAS NETO, José Alves de. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior Unicamp, Leia a íntegra nas**, p. 71, 2012. Disponível em: <http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/edicoes/ed03_junho2011/10.pdf>. Acesso em: 30 mai 2015.

GADEA, Carlos A.; SCHERER-WARREN, Ilse. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, p. 39-45, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31110.pdf>>. Acesso em: 30 mai 2015.

GARGANTINI, Daniela Mariana et al. Indicadores de control ciudadano para el goce efectivo del derecho a la ciudad en términos de desarrollo urbano para la ciudad de Córdoba (Argentina). **Cuadernos de Vivienda y Urbanismo**, 2013.

_____. El estudio de los conflictos urbanos y el desafío de construir información para la incidencia ciudadana: el caso de la Red Ciudadana Nuestra Córdoba. **Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo**, 2013.

GUADILLA, Carmen García. Universidade Latino-Americana: da Casela vazia ao cenário socialmente sustentável. **Cadernos de Pesquisa**, n. 101, p. 82-112, 2013. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/753>>. Acesso em: 25 jun 2015.

HERNANDEZ QUINONES, Andrés. Análisis y estudio de experiencias de accountability social en América Latina. **CIDER** – Centro de Estudios Interdisciplinarios Sobre el Desarrollo. (Informe final de investigación – Convenio de cooperación entre Fundación Corona y Universidad de Los Andes, apoyo Fundación Corona y Fundación Avina – Red Latinoamericana por Ciudades Justas y Sustentables). Bogotá: CIDER, 2011.

HERNANDEZ QUINONES, Andrés; DEVILCHEZ, Diana. **Iniciativas de transparência y accountability en America Latina: naturaliza, tipologia e incidência en la democracia** y el desarrollo, 2014.

IBGE. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>> Acesso em: 17 mai 2015.

KROTSCH, Pedro. O novo cenário da universidade argentina: o peso do passado e os desafios do futuro. In: CATANI, Afrânio Mendes (Org). **Universidade na América Latina**. São Paulo: Cotez, 1996. P.34-50.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela Anpae**, v. 27, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/24770/14361>>. Acesso em: 30 jun 2015

NUESTRA CORDOBA. **Carta de Principios y Propósitos de la Red Ciudadana Nuestra Córdoba.** Disponível em: <<http://www.nuestracordoba.org.ar/sites/default/files/cartaprinicipios.pdf>>. Acesso em: 30 jun 2015.

NUESTRA CORDOBA. **Institucional.** Cordoba: RCNC, 2015. Disponível em: <<http://www.nuestracordoba.org.ar/>>. Acesso em: 10 mai 2015.

ONU HABITAT. **Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe.** Oficina Regional para América Latina y ele Caribe (ROLAC). Rio de Janeiro: 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Population division: world urbanization prospects, the 2011 revision final report with annex tables.** Department of Economic and Social Affairs. New York, 2012. Disponível em: <http://esa.un.org/unup/pdf/FINALFINAL_REPORT%20WUP2011_Annextables_01Aug2012_Final.pdf>. Acesso em: 10 mai 2015.

PEÑALVER, Luis Manuel. La educacion superior latino-americana em el inicio de la década del 80. In: **Universidade: ontem, hoje, amanhã.** Brasília: IX Reunião doGulerpe, 1980. P. 9-28.

PEREIRA, Maurício Broinizi. **A rede social brasileira por cidades justas e sustentáveis.** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/ArtigoRedeCidades.pdf>> Acesso em: 20 mai 2015

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Institucional.** São Paulo: RNSP, 2014. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/institucional>>. Acesso em: 10 mai 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; v.4)

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova.** Coimbra: Almedina, 2008. 260 p.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>>. Acesso em: 30 mai 2015

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos.** Curitiba: Appris, 2012

SCHOMMER, Paula Chies; BOULLOSA, Rosana de Freitas. Com quantas andorinhas de faz um verão? Práticas, relações e fronteiras. In: **Aprender se aprende aprendendo: construção de saberes entre universidade e sociedade.** Salvador: CIAGS, FAPESB; SECTI; CNPq, 2010. P.17-41.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-369, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania. **Interface Comun Saúde Educ**, v. 6, n. 10, p. 117-24, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/icse/v6n10/15.pdf>>. Acesso em: 10 mai 2015.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Tendências do ensino superior diante da atual reestruturação do processo produtivo no Brasil. In: CATANI, Afrânio Mendes (Org). **Universidade na América Latina.** São Paulo: Cotez, 1996. P.11-33.

SOARES DO BEM, Arim. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX.** Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 30 abr 2015.

TUNNERMANN, Carlos. La reforma universitaria de Córdoba. **Educación Superior y Sociedad**, v. 9, n. 1, p. 103-128, 2010. Disponível em: <<http://www.iesalc.unesco.org.ve/ess/index.php/ess/article/viewArticle/306>>. Acesso em: 20 mai 2015.